

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 922, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Investimentos – PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao “caput” do artigo 6º da Lei nº 10.820/2003, constante do art. 2º, a seguinte redação:

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria, pensão do Regime Geral de Previdência Social, benefícios assistenciais e outros poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e/ou de contribuições associativas e autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.



.....”

JUSTIFICAÇÃO

A alteração sugerida com a presente Emenda à MP 922/2020 objetiva corrigir enorme distorção legal de modo a permitir que o titular de benefícios assistenciais possa efetivamente usufruir da inarredável garantia constitucional de livre associação, pois facilita o exercício do direito de se associar a entidades associativas e, a partir daí, ter à sua disposição todos os serviços por elas prestados aos seus associados. O desconto retido na fonte permite maior comodidade ao titular do benefício, abrindo uma possibilidade a mais posta a sua disponibilidade, nas mesmas condições de outros cidadãos.

De igual modo, permitir descontos de valores decorrentes de contratos, na forma já estabelecida em lei, equipara o titular do benefício assistencial ao aposentado e ao pensionista, fazendo com que as instituições bancárias, nessas modalidades de mutuo bancário, pratiquem os mesmos juros e as mesmas taxas aplicadas aos aposentados e pensionistas do INSS.

Note-se que ao apreciar a MPV 905, o Relator da matéria na Comissão Especial já acatou proposta semelhante, mas alterando a LOAS - Lei 8.742, de 1993, de forma a autorizar que sejam descontados dos benefícios assistenciais nela previstos “mensalidades de associações e demais entidades representativas legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados, devendo a autorização do desconto ser revalidada a cada 3 (três) anos”, nos termos do regulamento.”

Dessa forma, de modo a ajustar o comando legislativo, sugerimos a presente Emenda à MP 922/2020, ampliando os benefícios já conferidos aos aposentados e pensionistas para o titular de benefícios assistenciais pagos pelo INSS.

Salas das Comissões,

Senador PAULO ROCHA

PT/PA

